

FLORESTA: uma riqueza mágica (?) Revisitação de um diálogo

Nicole Devy Vareta
FLUP/CEGOT
nvareta@gmail.com
Jorge Fernandes Alves
FLUP/CITCEM
jfalves@letras.up.pt

Como citar este artigo:

Vareta, N. V. e Alves, J.F. (2017)
FLORESTA: uma riqueza mágica (?).
Revisitação de um diálogo. *Revista de
Educação Geográfica | UP*, n.2,
outubro, p. 71-80. Universidade do
Porto.

ISSN:

2184-0091

DOI:

<https://doi.org/10.21747/GeTup/2a7>

Secção: Perspetivar

*E houve um silêncio múrmuro consigo:
É o rumor dos pinhais que, como um trigo
de Império, ondulam sem se poder ver.*
(Fernando Pessoa, Mensagem)

Aprendemos desde miúdos que a floresta era, em vários sentidos, uma riqueza para Portugal. Os poetas laureados ajudavam a inculcar essa ideia, consagrando-lhe odes majestosas que circulavam nos livros escolares e ficavam no ouvido. Rituais como o «dia da árvore» criavam a responsabilidade cívica de sermos militantes pela floresta.

Também por isto, os fogos atuais ou determinadas políticas florestais surgem a todos como uma desolação, flanqueando uma componente determinante das nossas potencialidades. Porque aprendemos que a floresta portuguesa não é exatamente um dom da natureza, mas sim uma obra gigantesca de muitas gerações, um produto humano de grande sedimentação histórica, que, com demasiada frequência e facilidade, se esboroa em poucos minutos.

O carácter mágico da floresta não terá sido alheio à recatada investigação de décadas que Nicole Devy Vareta, uma geógrafa francesa de nascimento e portuguesa por adoção, desenvolveu na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde apresentou em 1993 uma sólida e documentada dissertação de doutoramento em Geografia sobre «A floresta no espaço e no tempo em Portugal – A arborização da Serra da Cabreira (1919-1975)». Esta investigação simbiótica entre geografia e história em torno da floresta e de outros recursos naturais pautou o percurso académico e de investigação de Nicole Vareta, professora associada da FLUP, recentemente aposentada, mas continuando a responder às solicitações de quem reconhece o valor e a utilidade do seu saber e admira as suas múltiplas publicações, podendo ainda usufruir do privilégio de contar com a simplicidade e a simpatia que lhe conferiram um lugar especial na memória de quem com ela privou de perto na FLUP. Há exatamente vinte anos atrás desafiei a Prof^a Nicole Devy Vareta a responder a um conjunto de reflexões sobre a floresta em Portugal de forma a constituir um texto a publicar nas páginas da revista portuense *O Tripeiro* (7^a série, Vol. XVII, 1997, n.ºs 9/10, p. 296-300). Acontecimentos recentes ligados à floresta levaram-me a reler esse texto, a reconhecer a pertinência das suas afirmações de então e duas interrogações se sucederam no imediato. Surgiu uma relativamente ao título do texto de então: face às tragédias da atualidade podemos ainda sonhar a floresta como uma “riqueza mágica”? O ponto de interrogação, ainda que dubitativo, agora colocado em título exprime essa inquietação. E outra interrogação mais operativa: o que pensará a Nicole de tudo isto que recentemente tem marcado a floresta em Portugal?

Revisitar o texto de então à luz dos tempos mais recentes surgiu como mais um desafio que ousei colocar à geógrafa Nicole Devy Vareta, pensando na utilidade de ouvirmos uma palavra de uma cientista

simultaneamente distanciada e próxima das questões florestais, senhora de um conhecimento longo e largamente sedimentado. Não sem antes reler alguns dos seus textos disponíveis on-line e fixar de novo, por momentos, uma das epígrafes com que abre a sua dissertação de doutoramento, repescando admiráveis versos pessoais que se ajustam como uma luva ao posicionamento da Nicole:

*Todos amam as árvores por serem verdes e darem
sombra, mas eu não.*

*Eu amo as árvores por serem árvores, sem o meu
pensamento.*

Alberto Caeiro

Que floresta temos? Que imagens e que realidades? Eis as interrogações de então, naturalmente desdobradas em várias questões que se seguem, e cujas respostas nos davam o cerne da investigação de Nicole Vareta. E o desafio atual: visitar e recuperar essas questões, eventualmente alterar as respostas, acrescentando eu outros questionamentos a chamarem para a atualidade. A Professora Nicole suportou a impertinência e o resultado aí está.

_____||_____

*P - Há uma componente mítica da floresta no
imaginário português?*

Todas as sociedades ocidentais evoluíram e continuam a evoluir como que «agarradas» a um imaginário onde a floresta e a árvore têm um lugar de relevo. A árvore é o mais imponente representante do mundo vegetal, dominando muitas vezes a estatura humana e podendo abrigar outros mundos mais pequenos, o dos fungos, insetos ou aves, dos esquilos ou predadores, tanto úteis como ameaçadores para a vida dos homens. No entanto, é evidente que, na área mediterrânica da Europa ocidental, a componente mítica da floresta não é hoje tão vincada como nos países europeus do centro ou do Norte. Nestes abunda uma multidão de lendas e de práticas mágicas estreitamente ligadas às matas e árvores. Não será porque aí a floresta foi mais fechada e sombria,

ocupando largas extensões até aos arroteamentos da Baixa Idade Média?



Mata da Solitária (Parque Natural da Serra da Arrábida).

Na Europa do Sul, a *secura estival* parece ter surgido há alguns milénios, tornando as massas arbóreas mais fragilizadas frente a qualquer mudança ambiental. Sabe-se que muitas regiões mediterrânicas sofreram processos de desflorestação ou desarborização logo no início da agricultura neolítica. Não é, pois, de admirar que a componente mítica da floresta permaneça aqui mais velada. Todavia, temos em Portugal algumas lendas tenazes que ainda sobrevivem, apesar das evidências das pesquisas mais recentes: o Pinhal de Leiria não foi plantado pela Rainha Santa Isabel, mas apenas foi rearborizado no reinado de D. Dinis, por ter sido sobre-explorado em épocas anteriores ... Não haverá então nenhuma presença da floresta no imaginário português? Existe felizmente todo este mundo invisível de ventos, aragens e murmúrios na folhagem das árvores da floresta, que continua inspirando tantos poetas de Portugal ...

P - Qual foi, em linhas gerais, a ação do homem na geografia da floresta em Portugal?

A ação do homem na geografia da floresta em Portugal tem uma longa história de que apenas se conhecem alguns capítulos no tempo e no espaço. Mas é possível traçar as linhas gerais da evolução desta geografia, que não deixa de ter muitos pontos comuns com a de outros países da Europa mediterrânica. Há vários momentos marcantes nos processos de modificação da vegetação e dos solos no país, como nas etapas da construção do espaço da floresta até à atualidade.

Põe-se em primeiro lugar uma questão preliminar: qual a fisionomia e a estrutura das matas «naturais», ou «primitivas», anteriores ao desenvolvimento das atividades agro-pastoris? As pesquisas apontam para mudanças significativas da cobertura vegetal

no Neolítico final (3º milénio antes de Cristo). Nesta época, a sedentarização das comunidades humanas o surgimento de uma economia agro-pastoril configuram um período chave na evolução da vegetação.

As transformações ambientais ocorridas na Idade Média constituem outra etapa fulcral da ação humana. O recuo da floresta constitui um fenómeno geral em muitas áreas da Europa meridional, principalmente nos séculos XI-XIII. Em Portugal, há então uma rutura irreversível: a floresta deixa de ser «natural», no sentido absoluto em que geralmente se entende. A sua evolução passa a realizar-se através de um estreito vínculo entre processos naturais e socioeconómicos. Organizam-se os espaços agro-silvo-pastoris, enquanto a Reconquista avança até ao Algarve.



Mata de carvalho português – Sítio classificado do Monte de Ferrestelo

Nos finais do século XIII, os efeitos da desarborização tornam-se uma preocupação permanente, até à crise da falta de madeira e de lenha em meados do século XIV.



Caravela reconstituída que se encontra no Parque das Nações em Lisboa

É preciso ter em particular consideração a procura de madeira necessária à construção das frotas das expedições dos Descobrimentos e comerciais, a partir dos séculos XIV-XV. As preocupações régias acerca da falta de «madeira grossa» e da extensão dos «incultos» serão permanentes durante os séculos seguintes.



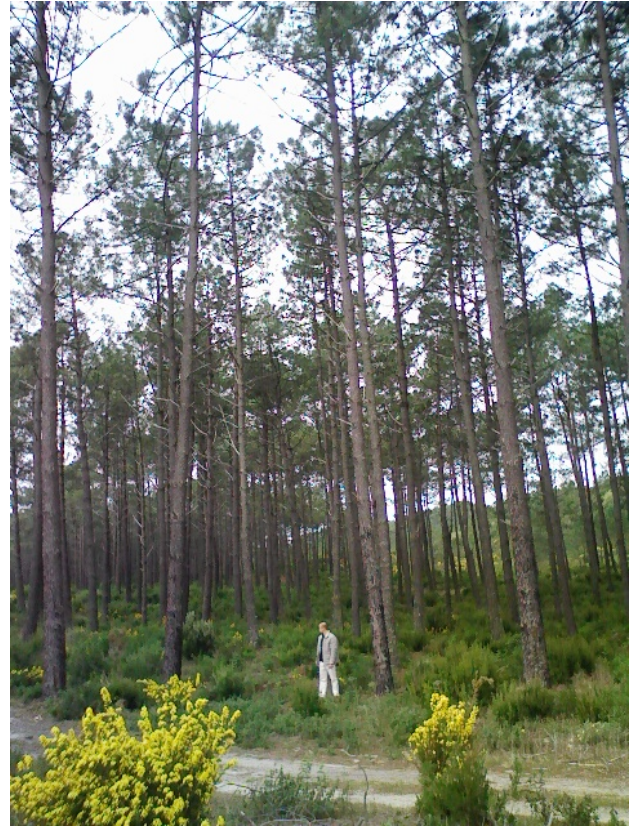
Montado de sobreiros.

No século XIX, inicia-se a construção do espaço florestal, num momento de intensas mutações na organização socioeconómica do país. As grandes linhas desta construção passam pela desarborização dos carvalhos e a doença dos castanheiros a norte do Tejo e, a sul, pela regeneração dos montados de sobreiros, valorizados pela procura da cortiça. Por sua vez, a expansão das plantações de pinhais permite que o pinheiro bravo já se imponha nas paisagens nos finais do século. Surge então o mapa da distribuição das três principais espécies florestais - pinheiro, sobreiro e azinheira -, que apenas será modificado pela difusão do eucalipto a partir dos anos 1960.

P - O que representa hoje a realidade florestal portuguesa?

Estatisticamente, a floresta cobre cerca de 34% da superfície nacional. Mas não existe a mesma realidade florestal no Norte e no Sul de Portugal. O Norte é a região da floresta que arde, a área do pinheiro e do eucalipto, mais abundantes nas zonas ocidentais que em Trás-os-Montes ou na Beira interior. No Sul, domina a floresta aberta e de porte mais baixo, característica dos montados. No Norte, as parcelas florestais, como as agrícolas, são pulverizadas e os proprietários pouco organizados,

enquanto que no Sul prevalece a grande propriedade e se destaca uma maior organização dos produtores florestais.



Pinhal de Leiria.

Mas a realidade florestal também deve ser encarada noutra perspetiva. Os tempos mais recentes veem o aumento da procura social de «espaços verdes». Fora das áreas metropolitanas, o país oferece uma riqueza paisagística que fomenta o desenvolvimento de um turismo verde, onde a árvore e a floresta são peças fundamentais do património local e da identidade cultural que lhe está associada. Ninguém pode hoje em dia negar a multifuncionalidade da floresta nacional.

Um estudo recente mostra a importância muitas vezes desconhecida do setor florestal português na vida nacional. Este setor ocupa 6% da população ativa do país. Representa ainda cerca de 12% das exportações portuguesas, ocupando o segundo lugar após o sector dos têxteis e vestuário. Poucos portugueses saberão que as atividades silvícolas têm um peso no Produto Industrial Bruto relativamente elevado (3%), se comparado com outros países da União Europeia, chegando em terceiro lugar após a Finlândia (7%) e a Suécia (4%).

P - Tendo em atenção os derivados a montante e a jusante, como se pode perspetivar o futuro económico da floresta nacional?

O futuro económico da floresta é um dos assuntos mais discutidos desde os finais da década de 1970. Há cerca de 20 anos, iniciou-se o período de elaboração de estudos preparativos à entrada do país na Comunidade Europeia, largamente deficitário no âmbito da produção florestal. No quadro nacional e europeu, a floresta é considerada um setor chave da economia, que assenta na «vocação florestal» do país e nas perspetivas de valorização dos terrenos de agricultura marginal. Fomentam-se planos nacionais de florestação (Plano Florestal Português e Plano de Ação Florestal), procurando-se inverter a ocupação do solo. As condições pedológicas e climáticas apontam, de facto, para uma área potencial de 60% para a floresta e apenas 25% para agricultura. Por outro lado, tenta-se conter o crescente aumento dos incêndios e quebrar a ineficácia das instituições florestais do Estado por múltiplas remodelações administrativas.

No início da década de 1990, o balanço não é muito animador. Os planos de arborização não atingiram as metas globais de expansão física da floresta. As plantações de eucaliptos chegam a provocar distúrbios em várias áreas do país. Os verões mais secos são o palco de incêndios devastadores. Por último, a floresta existente é esquecida e pouco beneficiada pelos investimentos. A montante e a jusante da fileira florestal, proprietários, técnicos e industriais queixam-se da baixa produtividade da floresta. Em suma, chega-se aos anos 90 com um futuro económico comprometido.

Entretanto, mudaram os fundamentos do debate sobre desenvolvimento económico. As preocupações ambientais e de ordenamento territorial passam a ser integradas na política florestal. O futuro económico da floresta portuguesa articula-se agora com um novo enquadramento ideológico, não exclusivamente baseado na obtenção de benefícios, de lucros materiais a curto e médio prazo. É hoje o tempo do «desenvolvimento sustentável» da floresta que incorpora objetivos não diretamente produtivos, ou seja, dimensões ambientais e socioculturais. Assim serão satisfeitas as necessidades materiais e imateriais das gerações futuras que hão de viver em Portugal. A Lei de Bases da Política Florestal promulgada em agosto de 1996

contempla todas estas dimensões do futuro económico da floresta nacional.

P - Sendo a floresta objeto de vários olhares científicos, o que significa a perspetiva geográfica e que contributos fornece à sociedade?

Falar de «geografia» da floresta é implicitamente abordar a sua «história» inscrita no espaço organizado por qualquer sociedade humana. A distribuição da floresta resulta da articulação que se estabelece entre evolução do sistema ambiental, dinâmicas socioeconómicas e práticas culturais, em momentos bem delimitados no espaço e no tempo da vida nacional. A geografia da floresta investiga precisamente esta articulação, interpretando-a na leitura de territórios mais ou menos arborizados, tanto no passado como no presente.

Duvida-se muitos vezes sobre o estatuto «científico» da geografia ou costuma-se dizer que o geógrafo não é nenhum «especialista» científico. Contudo, procura-se o seu olhar e interpretação integradora dos fenómenos espaciais, que se adapta à prática de metodologias diversificadas. No caso da geografia da floresta, o olhar do geógrafo pode abranger tanto o reconhecimento das realidades no trabalho de campo, como a sua interpretação baseado em pesquisas de arquivos, estudos de gabinete e leituras cartográficas. Na nossa época, em que o saber é tão partilhado e o olhar se tornou mais agudo, mas mais estreito, é esta visão integradora o maior contributo da geografia.

P - Vinte anos decorreram sobre esta conversa em torno da floresta. Tendo em conta os desenvolvimentos posteriores, que releitura faz a Nicole deste texto e da sua (des)atualidade? O que importaria acrescentar para lhe conferir a cor do presente?

Qual será a cor do presente? Cinza ou verde? A releitura do texto foi feita em dois tempos: a primeira, três meses após a calamidade de Pedrógão, quando me foi proposto visitar a conversa; a segunda, dois dias depois do fim-de-semana trágico do 15 de outubro. Antes do mais, quero deixar aqui a minha homenagem à memória das pessoas que perderam a vida no inferno dos incêndios florestais de 2017.



Mata de Albergaria, Gerês.

Relendo a parte que se refere ao papel da ação humana na geografia da floresta ao longo do tempo, arrisco-me a dizer que ainda se mantêm os grandes traços da evolução, mas, claro, com a necessária atualização. Trabalhos arqueológicos e paleoecológicos deram novos contributos sobre a precocidade das interferências humanas nas dinâmicas naturais do ambiente. Na minha opinião, isto vem reforçar a ideia de que a evolução da floresta pode perspetivar-se à luz de um modelo complexo onde se articulam dinâmicas naturais e intervenções humanas, e não apenas através do modelo da floresta primitiva – a floresta autóctone de espécies caducifólias e marcescentes de *Quercus* e de *Pinus* (pinheiro bravo e manso), que teria existido antes da sua modificação e degradação pelas sociedades humanas. Na perspetiva do modelo complexo, a ação humana é encarada como parte integrante da longa evolução dos ecossistemas, quando surgem os primeiros sinais (com uso do fogo) dos seus impactes.



Corno de Bico – paisagem protegida.

Portugal situa-se numa área de interpenetração das regiões bioclimáticas atlântica, esta limitada ao Noroeste do país até Aveiro-Viseu, e mediterrânica. A secura climática estival instalou-se há milhares de anos na Península Ibérica. Sabe-se melhor, na atualidade, que as adaptações das plantas mediterrâneas ao fogo, ou seja o carácter pirófilo da vegetação, acentuaram-se há cerca de 6000 anos. A interação entre secura climática, fogo e impactes antrópicos na floresta é um fenómeno que se inscreve na longa duração. É sem dúvida um fenómeno muito atual, se o colocarmos na problemática das mudanças climáticas e dos seus efeitos no futuro da floresta. Falta ainda muita investigação na interface das pesquisas naturalistas e sociais.

Outros trabalhos, fundados em pesquisas históricas, melhoraram o conhecimento sobre os recursos florestais nacionais. Para a Época Moderna, tinha pessoalmente traçado um quadro pessimista sobre a falta de madeira para a construção naval, compensada pelas importações de pranchas e toros de diversa proveniência. Entretanto, os arquivos revelaram fontes de abastecimento no interior do país ainda no século XVI. A história das políticas florestais dos séculos XIX e XX foi também aprofundada no âmbito da história das instituições, da economia e da sociologia rural, dando relevo ao papel das administrações central e local do Estado, das indústrias e dos proprietários florestais. Eram, e ainda são na atualidade, os principais agentes da floresta.

Em 1997, vivia-se na desilusão da execução dos grandes planos nacionais de arborização e na incapacidade de resolver o aumento dos incêndios nos verões mais secos. Por isso, a promulgação da

Lei de Bases da Política Florestal (Lei 33/96 de 17/08), aprovada por unanimidade na Assembleia da República, veio criar expectativas promissoras para a floresta. O “desenvolvimento sustentável”, globalmente difundido após a Conferência do Rio (1992), é o paradigma da política florestal. A multifuncionalidade, a gestão florestal sustentável e valorização dos bens e serviços proporcionados pela floresta, como “bens de interesse público” e a responsabilização de todos agentes, dos proprietários aos industriais, são os principais objetivos, criando-se para o efeito planos de ordenamento e instrumentos financeiros e fiscais. Abre-se um período de elaboração de planos e reformas administrativas: em 1998, é apresentado o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, a que se segue, em 1999, a regulamentação dos planos regionais de ordenamento (PROF's) e a criação das brigadas dos sapadores florestais para a prevenção dos incêndios. Foi um bom início. Mas os planos regionais foram apenas publicados em 2006-2007. Quanto às brigadas dos sapadores, sofrem da ausência do instrumento financeiro previsto na Lei de Bases e criado em 2004 (Fundo Florestal Permanente). Entretanto, tinham ocorrido os grandes incêndios de 2003 e 2005, que somaram 500.000 ha de floresta queimada num total de 765.000 ha de área ardida. Prepara-se uma Reforma Estrutural do Sector Florestal, aprovada em 2004, e um Plano Nacional de Defesa contra os Incêndios (2006), com a transferência de competências aos municípios.



Paisagem agroflorestal em Vila Verde

Existe uma sombra neste quadro: todo este demorado processo desenvolve-se ao lado do fomento da política de planeamento territorial: a Lei de Bases de Ordenamento do território é aprovada

em 1998 e o Plano de âmbito nacional (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território - PNPOT) publicado em 2007.

Entretanto, o que nos dizem os resultados dos Inventários Florestais? De 1995 a 2010, a área florestal total (área arborizada, mais as superfícies cortadas, ardidas e em regeneração) diminuiu, de 3,3 milhões de hectares para 3,155 M ha. A área do pinhal, que sofria uma diminuição progressiva desde os anos 1980, regista uma forte redução (978.000 para 715.000 ha). Pelo contrário, os eucaliptais passaram de 717.000 ha para 812.000 ha. Os montados de sobreiros e de azinheiras, respetivamente 737.000 ha e 331.000 ha em 2010, também estão a diminuir ligeiramente. A par dos incêndios, da expansão do eucaliptal e do alastramento da praga do nemátodo, o pinheiro bravo do Norte e do Centro foi maltratado pela gestão passiva nas propriedades de pequena dimensão do norte e centro do país. As políticas florestais públicas não deram a devida atenção à gestão florestal agrupada, apoiando as organizações de produtores florestais. A floresta está a perder capacidade produtiva.

Em 2011, é lançado o Manifesto *Pela floresta contra a crise* assinado por cerca de vinte pessoas de todos os quadrantes profissionais e políticos. As linhas que se seguem apontam para o maior problema atual da floresta:

“Dos inúmeros e bem financiados planos e programas, quase todos têm demonstrado uma incapacidade crónica em concretizar as justas expectativas de um país com uma das mais altas produtividades florestais da Europa. O que tem faltado? Na maior parte do território florestal, com exceção da agro-silvo-pastorícia do Sul, as iniciativas dispersam-se e fragmentam-se na pequenez da propriedade e no individualismo da nossa matriz cultural. Sem cortar este nó górdio e desenhar medidas que transformem a estrutura da propriedade, será impossível promover a eficiência económica dos dinheiros públicos e privados, cada vez mais escassos, e assegurar a competitividade das fileiras florestais”.

P - Como se pode relacionar a frequência trágica dos fogos florestais com a ideia de uma floresta amigável e calorosa? Que condenação é esta? Há caminhos para a salvação neste quadro atual?

Portugal é o país do sul da Europa com maior frequência de fogos florestais e maiores áreas rurais incendiadas. Têm-se apontado as mudanças climáticas para a ocorrência de verões mais quentes e secos e o risco acrescido de incêndios. Mas esta situação relaciona-se também com a rápida transformação das relações estabelecidas entre sociedade e território nas últimas décadas. A agricultura perdeu a sua importância na economia e sociedade rural. Em 1974, a percentagem dos trabalhadores na agricultura ainda era de 35%, diminuindo drasticamente até à atualidade: 22% em 1986, 13% em 2000 e 7% em 2016. Emigração e fuga à pobreza, êxodo rural e mobilidade social esvaziaram os campos dos seus trabalhadores. A população agrícola familiar das explorações registou uma quebra ainda maior, que se explica pela pluriatividade dos seus membros: os três-quartos da família trabalham hoje menos de 50% do tempo na agricultura. No entanto, não houve mudança significativa na estrutura agrária que permanece quase na mesma: em 2013, 72% das explorações agroflorestais, a maior parte localizadas a norte do Tejo, tem menos de 5 ha.

A sustentabilidade do sistema agrícola e florestal sofreu uma rutura irreversível com as mudanças ocorridas nos espaços rurais – despovoamento, abandono agrícola e florestação maciça. Desapareceu a antiga articulação entre população numerosa, atividade agrícola e exploração dos recursos florestais que asseguravam a gestão dos espaços. Parcelas florestadas e campos eram percorridos e cuidados, controlando-se deste modo o risco dos incêndios. Havia então uma “política” local de prevenção dos fogos relativamente eficaz que já não existe e que não foi substituída por uma gestão compatível com a nova situação socioeconómica dos espaços rurais.

Já se conhecem os efeitos do envelhecimento da população e do despovoamento rural: a acentuada quebra da gestão ativa das terras ou o abandono; a acumulação de biomassa ao longo dos anos, em áreas muitas vezes inacessíveis, aumentando o risco dos incêndios de vegetação; a maior vulnerabilidade dos solos à erosão hídrica. De tal modo que, principalmente no norte e centro do país, os riscos de incêndio estão a tornar-se um forte constrangimento aos investimentos e à inovação na gestão activa dos territórios.



Fogo controlado num pinhal

Regressando ao Manifesto de 2011:

“Nos últimos 30 anos as alterações sociais e as dinâmicas nos territórios florestais e rurais sucederam-se a um ritmo que ultrapassou a capacidade de gestão existente (conhecimento, pessoas, instituições). Somente parece ter havido capacidade de reagir aos problemas, atacando não as suas causas, mas os sintomas e as consequências. Por exemplo, sabendo que o problema dos incêndios só se resolve com a gestão profissional da floresta, o país tem reiteradamente insistido numa estratégia de combate ao fogo; o risco de incêndio agrava-se, há redução do valor atual e da expectativa de rendimentos futuros dos territórios florestais”.

Nos últimos vinte anos (1997-2016), arderam 1.170.000 de florestas num total de 2.450.000 de hectares incendiados. As áreas atingidas localizam-se no Centro-Sul, Norte do Alentejo e Algarve, rompendo a “tradição” dos incêndios no norte do país. Nos vinte anos anteriores (1977-1997), tinha ardido uma área menor: 970.000 ha de florestas, num total de 1,7 milhões de ha. Verificou-se nas 2 últimas décadas o aumento da capacidade de combate à escala das autarquias e uma maior intervenção dos municípios na gestão florestal, mas ao mesmo tempo, aumenta a ocorrência dos grandes incêndios. A chamada «municipalização» da floresta vigente desde 2004 não veio resolver os problemas da gestão florestal e dos incêndios, nem tão pouco ajudou no planeamento florestal.

Estamos condenados ao aumento dos fogos? Certamente, sem política preventiva, com livre expansão das plantações do eucalipto, no incumprimento da legislação existente para a arborização de áreas próximas das habitações, na

ausência de incentivos dirigidos para os gestores em contato direto com as realidades do terreno. O programa dos sapadores florestais arrancou com dificuldades e sofreu da crise financeira, para ser relançado apenas no início de 2017. Os postos de vigia foram abandonados, preferindo-se vigilâncias remotas mais sofisticadas. A visão urbana dos gabinetes de estudos não chega para resolver o problema dos incêndios rurais. É preciso reforçar o profissionalismo no terreno, não faltam competências para isso, nem candidatos. Não houve vontade política consensual para difundir medidas de prevenção dos incêndios florestais, relativamente pouco dispendiosas e menos aparatosas em relação ao custo do combate.

P - Para a floresta, tal como existe, que futuro se nos apresenta? Que cenários podemos perspetivar?

Apesar da crise e dos incêndios, a floresta continua a ser um sector estratégico da economia nacional. Os números estão aqui para o demonstrar. À escala internacional, regista-se uma diminuição do sector florestal no PIB. Aconteceu o mesmo em Portugal, com 2% na atualidade, mantendo a sua posição atrás da Finlândia (4%) e da Suécia (3%). A diminuição deste sector no emprego (4%) é semelhante a outros sectores industriais e comerciais da economia nacional, com cerca de 100.000 empregos diretos. O peso do sector nas exportações é de 10%, de que a metade diz respeito à pasta e ao papel.

A partir de 2000, desenvolveu-se o valor económico total da floresta (VET), uma referência internacional que integra todo o leque de produtos e serviços da floresta, tanto de mercado, como sem valor de mercado. Os produtos com valor de mercado – madeira e cortiça, mas também cogumelos, mel, frutos, plantas aromáticas, pastagens e caça - representam a maior parcela da VET (85%), avaliada, em 2001, num total de 1,3 mil milhões de euros. A produção sem valor de mercado, ou seja, os serviços ambientais (sequestro de carbono, proteção do solo agrícola e dos recursos hídricos, conservação da paisagem e da biodiversidade florestal) e o recreio informal, somam os restantes 15%. As externalidades negativas dos incêndios foram então estimadas em 137 milhões. Mas o custo dos incêndios nos anos subsequentes chegou a atingir 80% de toda a riqueza florestal. A Estratégia Nacional das Florestas de 2006, atualizada em 2015,

dá uma grande importância ao risco de incêndio. Risco não só em termos económicos, mas também em termos sociais. O futuro da floresta passa pela diminuição do risco de incêndio.



Fuste de castanheiro

Portugal é o país da Europa com maior peso da propriedade privada particular, 91,3%. Esta propriedade também se tornou o objeto fulcral de qualquer ação sobre os serviços e recursos florestais. Precisamente desde que, tendo em conta os serviços ambientais e sociais das áreas arborizadas, se valorizou mais a floresta como “bem público”, que traz benefícios para toda a sociedade, tanto urbana como rural, constituindo ao mesmo tempo um bem privado transmissível, produzindo bens com valor de mercado para os proprietários.

A falta de cadastro no norte e centro do país é vista como inibidora da gestão florestal, mas a criação das Zonas de Intervenção florestal (ZIF) a partir de 2005 veio contornar a ausência de registo oficial da propriedade. As ZIF são “áreas territoriais contínuas e delimitadas, constituídas maioritariamente por espaços florestais, geralmente pertencentes a vários proprietários, submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e geridas por uma única entidade - organização associativa de proprietários e produtores florestais”. A criação das Zonas de Intervenção Florestal é promovida num momento em que se reconhece a necessidade de

uma intervenção específica na floresta existente, a montante de uma fileira considerada estratégica para o país.

Na atualidade, este novo instrumento, dinamizado pelas organizações de produtores florestais (OPF's), abrange cerca de um milhão de hectares. As cerca de 130 OPF's têm agora um número suficiente para fomentar e concretizar uma visão "comum" da gestão e defesa do património florestal, particularmente nas regiões do país com propriedade privada de pequena dimensão. Os profissionais destas organizações não integram só engenheiros florestais, ainda dominantes na gestão da floresta até aos anos 1990. As mudanças na apreensão da riqueza florestal também se refletem nas competências para a sua gestão. Mas hoje em dia, a grande questão é a "competição" entre municípios e OPF's. Será preciso ajustar as respetivas competências para evitar os desperdícios de investimentos e orientações do poder municipal, centradas nas vilas, e num planeamento urbano que marginaliza os espaços periféricos do seu território.

Em 2014, foi feita a avaliação do Programa de Ação do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – PNPOT (2007-2013). Reconhece-se que a gestão sustentável da floresta registou "avanços de prática legislativa e de planeamento", mas revela também "problemas na conceção e implementação da Estratégia nacional das Florestas", "indefinição em matéria de financiamento público", "dificuldades de articulação institucional", entre os municípios, as entidades coordenadoras regionais e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, na aplicação

de políticas e ações preventivas dos incêndios florestais.

Após os incêndios de 2017, parece que se inicia um novo cenário, ainda muito opaco, com um desejo de mobilização e responsabilização de toda a sociedade civil, mas com algumas feições centralizadoras que nunca deram bons resultados em Portugal.

Floresta, uma riqueza mágica? Ajudemos a natureza a reinventar a magia da floresta. Novos rebentos verdes já estão a colonizar as cinzas das áreas queimadas. Trabalhemos juntamente com a natureza, nas instituições e escolas, nos medias e gabinetes de estudos da cidade, como também nas vertentes e planícies dos territórios envelhecidos e despovoados, rompendo com a dicotomia mundo rural versus mundo urbano. Esta dicotomia é uma visão distorcida da realidade social contemporânea, contrária aos valores da interdependência e da coesão territorial.



Paisagem da Caniçada – Gerês